

**MANOEL RODRIGUES DA CUNHA MATOS, VULGO CAPITÃO
“MANOEL PÓLVORA” E A ÁGUA SANTA DE LUMINÁRIAS-MG**

Maria da Graça Menezes Mourão

Resumo: Biografia de Manoel Rodrigues da Cunha Matos, vulgo Capitão “Manoel Pólvora” e a Água Santa de Luminárias-MG.

Abstract: Biography of Manuel Rodrigues da Cunha Matos, named Captain “Manoel Pólvora” and the Holy Water of Luminárias-MG

As águas termais que afloram à superfície são provenientes do aquecimento nas camadas profundas do interior da Terra, existindo há milhares de anos como poder de cura. A mitologia grega repassa que o cavalo alado Pégaso, ao dar um coice em uma rocha, provocou uma fenda de onde teria jorrado a primeira água mineral curativa. Na Antiguidade, os soldados romanos se utilizavam das termas encontradas em suas conquistas para combater o cansaço, restaurar energias, curar feridas e tratar de males crônicos.

Depois da grande importância que os banhos tiveram na Antiguidade para a saúde do homem, começaram a ser abandonados gradativamente quando o Cristianismo começou a pregação do recato e do pudor. ‘Alguns médicos chegaram a considerá-los perigosos por desequilibrarem radicalmente a temperatura do corpo’. O costume de não se lavar perdurou durante muitos séculos na Idade Média e boa parte da Moderna, quando se banhava somente a cada duas semanas ou conforme a região, uma vez ao ano, dando origem ao ‘uso das fragrâncias femininas e das colônias masculinas que por serem muito oleosas acabaram provocando brotoejas, os doces-odores ao preço de peles manchadas’.¹

Ao encontrar as terras do “Novo Mundo”, o europeu se deparou com o indígena americano banhando-se até doze vezes ao dia. No Brasil, os tupis guaranis viandantes do Peabiru, do Rio de Janeiro a Machu Pichu e usuários das

¹ Sennett, 2008. Pág. 219.

https://www.google.com.br/search?q=Carne+e+pedra&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=cEXIVsqTOeIwgTUhoQQDQ#q=carne+e+pedra+download

fontes termais foram os responsáveis por divulgá-las, em 1545, aos espanhóis no Peru. Muitas delas, em Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Santa Catarina e no Rio Grande do Sul se encontram em áreas onde eles habitavam, evidenciando o conhecimento de suas propriedades terapêuticas. Banhavam-se, principalmente, para os males contraídos pelo contato com o homem branco, principalmente nos estados febris, procedimento este desconhecido pelos médicos europeus.

Na segunda metade do século XVIII, quando os banhos começaram a ser apontados como essenciais para a saúde humana, na Europa teve início a revitalização das fontes termais. Cientistas estrangeiros que passaram a visitar o Brasil, após a vinda da Corte Portuguesa em 1808, fizeram questão de identificá-las. Este artigo refere-se a uma destas virtuosas águas nas fraldas da Serra das Luminárias, hoje município de Minas Gerais. Em 1840, Manoel Rodrigues da Cunha Matos, o Capitão “Manoel Pólvora”, aos sessenta anos, ali se encontrava para tratar-se dos ‘dartros furfuráceos’ que lhe cobriam o corpo.

O dartro é um tipo de dermatose que a ciência confundiu com o herpes durante certo tempo. A medicina atual conhece o “dartro volante”, devido à sua característica efêmera e passageira, muito comum a que se chama de “pano”, segundo o médico Dr. Alan Penido.² Ele comentou que os dartros furfuráceos decorrem de uma micose conhecida como “tinha furfurácea”, assemelhando-se a escamas que se esfarinham e à micose que se pega na praia, denominada “pitíriase versicolor”. De semelhante mal, padecia ‘o imperador romano Caio Júlio César, com manchas cobrindo-lhe a epiderme transformando-se de vez em quando em dartros dolorosos’.³ Em Luminárias, conversei ali com moradores de longos anos e foram unânimes em supor que o dartro seria uma espécie de lepra sendo a fonte, segundo os mais antigos do lugar, usada para a sua cura. No entanto, em 1840, quando o Capitão “Manoel Pólvora” ali se banhava, a Medicina já havia diferenciado o ‘dartro furfuráceo’ da hanseníase e da sarcoptose ou sarna.

No Brasil, as dermatoses começaram a ser citadas nos compêndios médicos, quando no início do Século XIX, foram criados os primeiros laboratórios de refinamento do salitre. Em 1803, o naturalista brasileiro João da Silva Feijó (1765-1815), que participava desta atividade em Fortaleza – tal qual, em 1840, Manoel Rodrigues da Cunha Matos – registrou que padecia deste mal pelos vinte anos em contato com o enxofre e o nitrato de potássio. A fim de tratar-se, anexou junto a um dos seus relatórios sobre as despesas efetuadas naquele ano para a instalação e funcionamento do “Real Laboratório da Refinação do Salitre” no Ceará, uma carta do cirurgião-mor da Capitania do

² Membro da equipe de historiadores do “Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira”, Itaúna, MG.

³ Almanaque Jangada Brasil Suplemento de Variedades-Agosto 2000: N°..24.

Ceará, Manoel Joaquim Garcia. A carta atestava a precária saúde de Feijó, mencionando ‘a atrabilis espalhada pela superfície da pele que dificilmente seria curada, por se repetirem vários ataques provenientes dos vapores dos ácidos minerais, que divagam pela atmosfera do Real Laboratório do Salitre’.⁴

A produção da pólvora se deu quando os árabes em seus “laboratórios” obtiveram produtos químicos como “álcoois cáusticos” e passou-se a usar métodos de destilação para obter a aguardente e o salitre, este a partir da extração do nitrato de potássio. Essas práticas se tornaram conhecidas no Brasil, através dos judeus portugueses e dos escravos africanos que ‘viviam na África sob a influência de uma cultura superior, conhecendo a siderurgia e o uso do salitre na agricultura, com decidida vantagem sobre a do índio’.⁵

Acometido do mal proveniente do contato com os produtos químicos da extração do salitre, Manoel Rodrigues da Cunha Matos, o Capitão “Manoel da Pólvora”, aos sessenta anos vai para o distrito de Luminárias, encontrando a fonte denominada de “Águas Santas”, em péssimo estado para utilização humana.⁶ Informação esta divulgada no jornal “Tribuna de Lavras”, artigo de abril de 1984, do correspondente luminarense, Artur Moura Maia, alcunhado o “Tuca”. O artigo versava sobre as propriedades das “Águas Santas” e a análise que o prefeito Nagib mandou fazer naquele mesmo ano, onde se manifestou a presença do flúor, substância já descoberta pela Ciência, em 1911.

A dois quilômetros da cidade (Lavras) existe um local, denominado Água Santa. Sempre se ouvia dizer de seu efeito curativo e das romarias que vinham aqui utilizá-la. Muitos já fizeram pesquisas para averiguar qual o verdadeiro milagre das ditas ÁGUAS SANTAS. O primeiro pesquisador foi o José Basílio da Silva (Zé da Pinta). O prefeito atual, no seu mandato anterior, mandou também pesquisar, somente foi encontrado flúor, o que não existia em 1840 (Tribuna de Lavras-MG- Água Santa- Nº. 1 Coluna 01, 8.04.1984).⁷

O artigo do jornal de Lavras também tinha anexada uma carta escrita em dezembro de 1840, por Manoel Rodrigues da Cunha Matos, morador da Vila de Uberaba, que ali se encontrava desde 20 de outubro daquele ano, para um tratamento alérgico, nas referidas “Águas Santas”.

⁴Arquivo Histórico da Casa da Moeda de Lisboa, Maço 718, 10.

⁵Dornas Filho, 1943, p.13.

⁶Mourão, 2007.

⁷Jornal Tribuna de Lavras-MG- Água Santa-Nº.1 Coluna 01, 8.04.1984.

Tenho a honra de ir por meio destas linhas, cumprimentar a VV.SS. e beijar-lhes as mãos e juntamente participar a VV. SS. o desgraçado estado em que se acha estas virtuosas águas das Luminárias, para onde tantos infelizes correm a procurar alívio a seus males como eu em distância de cento e tantas léguas, que moro ainda adiante da Vila de Uberaba; chegando aqui no dia 20 de outubro com mil incômodos e despesas; e qual a minha admiração achar um morfético arranchado por cima dos olhos (nascente), e poço aonde se bebe, se lavam todos; este caboclo casado e com filhos, ali mora em distância de 20 a 30 palmos (4 a 6 metros), lugar mais alto do que os ditos olhos d'água para onde filtra toda a imundície do seu uso doméstico, ali vão lavar nos ditos olhos, pratos, cuias, panelas, que causa repugnância aos estômagos mais fortes. Esta casinha de capim que terá de 20 a 30 palmos de comprimento e dez de largo, fechada com uma só Porta; dizem que já foi feita por outro lázaro (leproso) (Silvestre Gomes) que vendeu o referido; única casa que se acha daquele lado ao pé de tal água, embora haja aqui outros lázaros que também sem escrúpulo algum se vão banhar em o poço único em que se banham todos de outras enfermidades; porém moram de outro lado do córrego que se vai para a dita água.

Illm.ªs Senhores é desagradável a todos o verem uma água tão salutar e sem os benefícios precisos e as providências que exigem; por isso respeitosamente vou lembrar =

lembrar a Vossas Senhorias que seria acertado fazer-se aqui um Fiscal ou Inspetor, tão somente para ver e vigiar sobre a dita água e dar providências necessárias a tal respeito, sendo algum que aqui more, assim como o tenente Damaso ou Francisco Leite de Araújo encarregando a este o dar parte de mês em mês ou de três em três meses do resultado ou do estado em que isto por aqui vai e ainda mesmo um mapa dos que a dita água vieram e quais moléstias, e os que foram sãos para isso se mandar publicar em Periódicos, e VVSS determinarem o demolimento de tal casinha com semelhante morador tão anexo embora este benefício eu não cheguei a participar dele porque não poderei estar mais tempo do que até o mês de março do ano próximo futuro em razão de deixar passar as águas e achar-me muito fraco e debilitado das ditas águas que são tão fortes contendo tais matérias em si que fazem grande abalo a natureza; eu vim coberto de dartos furfuráceos e muito inveterados (crônicos) e se não fosse a grande debilidade em que me acho que pudesse continuar com os banhos e bebidas, já estaria são para recolher-me aos meus lares ao centro de minha saudosa família da qual me acho ausente há meses, embora vá com o pesar ou tristeza daqui ter adquirido do tal miudinho, ou grosso dos tais cabeçudos e teimosos (refere-se aos carrapatos) por falta de providencias de não ter outro Poço Policiado

*também. Deus Guarde a Vossas Senhorias também a minha amizade.
Luminárias 4 de dezembro de 1840.*

*Ilustríssimos Senhores, Presidente
e mais Vereadores da Câmara
Municipal da Vila de Lavras.
Manoel Rodrigues da Cunha Matos*

Esta carta, contendo denúncias tão agravantes para a saúde pública, causou imediatas providências por parte das autoridades municipais de Lavras. Para dar parecer ao pedido de Manoel Rodrigues da Cunha Matos diligentemente, formou-se uma comissão composta do fiscal do distrito de Carrancas, João Rosa da Cruz e mais dois vereadores, Francisco José da Serra Negra e Manoel Carlos Pereira. O parecer foi entregue em 14.01.1841 ao capitão que ali permaneceu até março daquele ano. Em 14 de julho, o Presidente da Província,⁸ já tinha conhecimento do valor das “Águas de Luminárias” e pedira informações ao Fiscal de Carrancas.

A Comissão encarregada de dar o seu parecer acerca do ofício do Fiscal de Carrancas João Rosa da Cruz em resposta a outro que lhe dirigira esta Câmara, pedindo informações sobre o descobrimento das águas minerais da Serra das Luminárias, suas virtudes, é de parecer que se responda ao exm.º. Presidente desta Província que: satisfazendo a Câmara como Sua Ex.ª. lhe ordenara em ofício de 14 de julho exigindo informações sobre o descobrimento das águas minerais da Serra das Luminárias, suas virtudes, quanto será preciso para a compra de terreno suficiente para se fazerem necessários cômodos se orçam estes informa à sua Ex.ª. com o ofício junto de João Rosa Cruz, e exposição do mesmo no impresso também junto; acrescentando esta Câmara que quanto a quantia precisa para a construção de cômodos indispensáveis para os concorrentes à água, pensa esta câmara que chegarão a dois contos e quinhentos mil réis, para compra do terreno preciso duzentos e quarenta mil réis bastarão, o que soma dois contos e setecentos e quarenta mil réis; pensa mais esta câmara que para obter-se bom resultado de algum exame ou análise química das mencionadas águas, seria mais econômico e vantajoso mandar algum químico à mesma nascente analisar a água sob qual contudo resolverá sua Exm.ª. achar melhor.

Sala das Sessões, 14 de janeiro de 1841.

Francisco José da Serra Negra

⁸Sebastião Barreto Pereira Pinto foi presidente da Província de Minas Gerais de 22.08.1840 a 07.06.1841 quando assumiu Manuel Machado Nunes até 16 de julho de 1841.

Manoel Carlos Pereira

(Jornal “Tribuna de Lavras”-Nº. 38 de 8.04.1984:Água Santa Nº. 2).

Terminam por aí as informações que obtive a respeito das “Águas Santas” de Luminárias. O país passava por um momento conturbado depois das Regências, quando após a partida da família real para Lisboa, o infante Príncipe Dom Pedro ficara no Brasil com os seus tutores. Começaram a surgir muitas divisões entre as províncias. De 16 de julho de 1841 a 1844, a Província de Minas Gerais foi governada por Bernardo Jacinto da Veiga, do Rio de Janeiro. Em 1842, Minas fazia uso de suas forças revolucionárias contra a Província de São Paulo. Esse período de forças contraditórias, liberalistas e conservadoras, com toda certeza, fez cair no esquecimento as providências que vinham sendo tomadas para as “Águas Santas”. Não se tem conhecimento de outras, a não ser o que já foi citado: o prefeito de 1984, desde o seu mandato anterior, mandou analisar a água, encontrando apenas o flúor.

Segundo as informações de Dr. Alan Penido, atualmente, as cortisonas fluoradas são largamente usadas para as doenças autoimunes, como a artrite e o lúpus, favorecendo as reações antígeno-anticorpos no próprio organismo. É provável, portanto, que o flúor tivesse efeito curativo ou amenizador do mal que sofria o Capitão. Mas quem foi o Capitão “Manoel Pólvora”?

Manoel Rodrigues da Cunha Matos nasceu na Fazenda do Campestre no Triângulo Mineiro, em 1780. Era filho do Capitão Francisco Rodrigues da Cunha Matos, natural da antiga Freguesia de Congonhas do Campo e Maria Antônia do Espírito Santo, oitavo filho dos doze que seu pai teve do segundo casamento. Era irmão por parte de pai de José Cesáreo Alvim, fruto do casamento de seu pai na família Alvim. Possivelmente, seria o trisavô desconhecido de Sérgio Buarque de Holanda, que nada sabia sobre ele quando compôs: ‘o meu pai era paulista, meu avô pernambucano, o meu bisavô, mineiro, meu tataravô baiano, meu maestro soberano foi Antônio Brasileiro’. Entre os 28 e 29 anos, o Capitão “Manoel Pólvora” se estabeleceu no caminho da promissora Picada do Goiás, na Fazenda Passa Tempo, casando-se com Hipólita Maria de Jesus, irmã de Thomaz Mendes dos Santos, natural de Santo Antônio do Amparo, naquela região do Alto São Francisco.

Grande parte da região do Alto São Francisco pertenceu ao português Inácio Correa Pamplona, que além da sede na Fazenda do Capote possuía outras sesmarias, como o Desempenhado, Santo Estevão e São Simão. Quando, em 1769, a pedido do Conde de Valadares, fazia o reconhecimento da área do Campo Grande, apossou-se, inapropriadamente, de muitas outras terras dos que ainda não obtiveram o registro sesmarial. Segundo Martins (2011), em 1770, o próprio Pamplona revelaria ao Conde que ‘estes moradores [de Campo Grande]

já irados de mim, uns com os outros clamam que eu os enganei e os guiei àquele lugar com promessas vãs e os reduzi a pior estado’, ‘alegando, é claro, outras razões e não a verdadeira, qual seja, a inidoneidade de “suas” cartas e posses’.⁹

A região do Alto São Francisco era abundante em salitre ou nitrato de potássio. A facilidade e a sua qualidade induziram à fabricação doméstica para uso na defesa, proteção pessoal e da propriedade, na caça de animais e para a explosão de rochas na escavação das minas de ouro como fazia Garcia Pais Leme em Pitangui, o judeu da pólvora, como o chamou o Conde de Assumar, em 1718. O governo, por longos anos, colocou todos os obstáculos para impedir a produção caseira na Capitania, inclusive exercendo perseguições. Mas, embora as restrições, o controle era difícil e praticamente impossível a vigilância no interior do sertão onde se manipulava o produto quase tão bem, quanto as oficinas de Lisboa e do Rio de Janeiro.¹⁰

Não foram poucos os naturalistas brasileiros, que após seus estudos em Coimbra receberam ordens para explorarem o solo da colônia que visavam o lucro da Metrópole. José Vieira Couto, nascido em 1752 em Diamantina, formado em Filosofia Natural, em Coimbra, em 1778, e dela professor, foi designado pela rainha, D. Maria I, sua colega de turma, para percorrer a região ao norte da Capitania de Minas Gerais, obra concluída em 1799, mas publicada somente na segunda metade dos oitocentos, intitulada “Memória sobre a Capitania de Minas Gerais, seu território, seu clima, e produções metálicas: sobre a necessidade de estabelecer e animar a mineração decadente do Brasil”.¹¹

Além de matéria prima para a pólvora, o salitre foi uma das principais causas da formação do “Caminho dos Currais” desde o século XVI, cujo prolongamento se deu com o sulco formado pelo pisoteio do gado atraído pelo sal-gema da terra provocando as extensas pastagens cada vez mais se alargando para o interior. Ao passar pela Fazenda do Salitre para Goiás, em 22 de maio de 1823, o Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos menciona os barreiros que o gado come com voracidade e por isso dão grande valor a terra.¹² Com espantosa uberdade, riquíssima em salitre e em fosfato, as pastagens eram fartas, alimentando manadas de gado sadio que se reproduziu com notável rapidez. Além disso, a facilidade da extração do sal-gema facilitou a conservação das carnes propiciando o abastecimento das minas.¹³ Para a “Capitania de todos os negócios”¹⁴, tanto a pólvora, quanto o chumbo eram produtos considerados de

⁹ Martins, 2011.

¹⁰ Cunha Matos, 1837, Vol. 2 - pg. 109

¹¹ RIHGB - vol 11,1874, p.289-335

¹² Cunha Matos, 2004, p.57

¹³ Lima Junior, in Mourão, 2006, p. 20.

¹⁴ Expressão do historiador Waldemar de Almeida Barbosa.

primeira necessidade¹⁵, conforme atestam as “listas dos fiéis”¹⁶, com as anotações das mercadorias dos que passavam pelos registros das passagens nos rios.

Com a dinamização da Economia no Brasil no raiar do século XIX, o salitre do Alto São Francisco era de excelente qualidade para a fabricação da pólvora, com quantidade suficiente para sustentar a produção em Vila Rica, no Rio de Janeiro e ser exportado. O enxofre para a sua manipulação seria comprado na Corte e o carvão também necessário para as caldeiras dos navios a vapor seria fornecido pela candiúva ou pau pólvora (Trema Micrantha)¹⁷, encontrada na região. Para tanto, em maio de 1808 divulgou-se em Vila Rica, um édito real para homens de posse que estivessem interessados na extração e refinamento do salitre a ser enviado para a Corte. Antevendo a grande oportunidade de sua vida e de posse de sua herança, pois sua irmã paterna Maria do Carmo (Alvim) assumira a Fazenda Campestre e efetivara o pagamento da dívida de seu pai através de moratória, Manoel Rodrigues da Cunha Matos arrendou terras na Serra do Salitre pertencentes ao P^c. Inácio Correa Pamplona Corte Real, filho do citado conquistador delas, no Alto São Francisco.

Com a transferência da realeza para o Brasil, D. João VI acabara de criar em 13.06.1808 a Casa da Pólvora, ‘diante da grave e urgente necessidade, assim como outro empreendimento para fundição e fabricação das peças de artilharia, gêneros necessários para esta produção que auxiliariam na defesa do Estado’¹⁸, devido a possíveis invasões de Napoleão. Um mês antes da criação, através de Carta Regia de 13 de maio de 1808, ele tomou as providências para obter o salitre, solicitando ao Gov. da Capitania de Minas Gerais que divulgasse o teor de sua Carta Régia.

[...] a quantidade que se necessita de pólvora para o consumo do meu real serviço, e para aquele dos particulares da Capitania; e sendo a que ahí se manufactura semelhante ás amostras, que a Administração ha de remeter para prova, e ajuste este fornecimento com o fabricante, que a melhor preço a der; e o melhoramento do quantitativo, com que depois se vender esta aos habitantes da Capitania, segundo vós fizerdes estabelecer na Junta da Fazenda, será logo aplicado á compra do salitre produzido nas diferentes Comarcas dessa Capitania, particularmente na do Sabará, ha de ser vendido para a

¹⁵ Chaves, 1991, p.17.

¹⁶ Os fiéis e o fiscal eram os componentes dos registros nas passagens dos rios, nomeados pelo Intendente e aprovados pelo Governador (RAPM, II, p.452).

¹⁷ <http://www.ipef.br/identificacao/nativas/detalhes.asp?codigo=2>

¹⁸ Arquivo Nacional-Real Erário. Avisos e portarias código 57, vol. 1;1808-1809,Código do fundo: 7W.13.06.1808

*Real Fabrica da Pólvora, estabelecida no Rio de Janeiro, como fareis logo constar por editais, para que todos possam trazer aqui o seu salitre; e nesta Capital pela nova Administração todos os anos se fixará o preço que deve pagar-se por este gênero, o qual neste primeiro ano, a contar do 1º de Junho próximo até ao ultimo de Maio seguinte, será de 6\$000 a 7\$000 a arroba, segundo o achar da terceira cozida, bom para fazer pólvora, o Brigadeiro Carlos Antônio Napión, que ha de analisá-lo, diminuindo de preço á proporção da sua inferior qualidade. O que tudo assim haveis entendido e fareis executar, expedindo logo as ordens mais ativas a todas as partes dessa Capitania, segurando que os pagamentos se farão aqui pontualmente pelo Tesoureiro da mencionada Administração. Dada no Palácio do Rio de Janeiro aos 13 de Maio de 1808.*¹⁹

Manoel Rodrigues da Cunha Matos se tornou um dos fornecedores, não só do salitre, mas segundo Pontes (1929), ‘do fabrico de pólvora, que vendia no mercado de Vila Rica (Ouro Preto), a 120 réis a libra, preço, aliás, muito compensador. Explorando por alguns anos, este ramo de indústria, veio por isso, a tornar-se, ali, universalmente, conhecido por “Capitão Manoel Pólvora”, nome que, aliás, muito o lisonjeava; e que ainda hoje, é adotado por diversos dos seus descendentes’.²⁰

Quando em dezembro de 1840, aos sessenta anos, o Capitão “Manoel da Pólvora” chegou nas “Águas Santas”, a paragem das Luminárias contava com oito meses do desmembramento de suas terras do distrito de Carrancas, tornando-se distrito do município de Lavras com o nome “Carmo das Luminárias”, pela Lei N.º 167 do Governo da Província de Minas Gerais.²¹ Segundo o Mapa Estatístico do Termo de São João del-Rei, elaborado em 1837, pelo Brigadeiro Cunha Matos, ‘além da Fazenda Luminárias, a paragem se constituía de 33 casas, e 307 pessoas’.²² O autor dos Mapas Estatísticos fora escrito pelo próprio Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos, português recém-chegado ao Brasil em 1817. Recebeu sua patente militar em 1822. Em 1823, passou pela região para ocupar o cargo de Governador das Armas da Província de Goiás, de onde regressou em 1825, após ser eleito como seu deputado na Assembleia Legislativa. Ao ser eleito membro da primeira comissão de estatística, ele se legitimara ‘a escrever sobre a população e a colonização do Império do Brasil, pois circulou pelo território e conheceu de perto as

¹⁹ Arquivo Nacional-Real Erário. Avisos e portarias-Notação: códice 57, vol. 1, 1808-1809, Rio de Janeiro. Folha(s): 183 e 184.

²⁰ Pontes, 1929.

²¹ Mourão, 2007.

²² Cunha Matos, 1979, p.92.

localidades. E como viajante, escreveu suas corografias’.²³ Em 13 de maio de 1823, de viagem para Goiás, o brigadeiro passa pelo Rio Formiga e escreveu: ‘às seis horas e meia vi a oeste a serra das Locas, em que há cavernas em pedra calcária donde se tira muito salitre e encontram-se grandes estalactites’.²⁴

Em 1816, o Barão Eschewege, citou certo Capitão José Rodrigues trabalhando nas Locas de salitre. Tratava-se do próprio Capitão Manoel Rodrigues da Cunha Matos, que arrendara as terras ao padre Inácio Pamplona Corte Real, filho de um dos delatores dos conjurados da Conjuração Mineira.

Aqui e ali se notam escuras profundidades das grutas, de onde são extraídas as terras salitrosas, e cujo proprietário que o é também de toda a região circunvizinha, é o Padre Inácio Pamplona. Este cedeu a exploração dessas grutas a certo Capitão José Rodrigues (sic), que já há 7 anos realiza esse trabalho, tendo montado uma fabrica adequada, com pequenas deficiências. Mostrou ele a melhor boa vontade em realizar os melhoramentos que indiquei (CUNHA MATOS, 1979).

Ora, se havia sete anos que o Capitão “Manoel Pólvora” iniciara suas atividades na Loca de Salitre em Formiga, ele começou naquelas nitreiras, em 1809, aos 29 anos de idade, portanto, logo após a divulgação do edital de 1808. O próprio Barão Eschewege confirma que após ocorrer o seu refinamento, o salitre ia para a Real Fábrica de Pólvora do Rio de Janeiro. E embora declarasse que naquele tempo tal exploração fosse muito limitada, ele mesmo considerou digno de nota e registrou a presença do explorador na região de Formiga, descrevendo as atividades que ali se praticava.

Foi um espetáculo maravilhoso quando, depois de termos andado cerca de meia légua de mata, chegamos finalmente a uma clareira e vimos diante de nós uma longa fila de paredes rochosas exóticas, coroadas de píncaros admiráveis. Ao pé, serpenteavam as águas escuras do Ribeirão do Salitre, à beira das quais, rodeadas de laranjeiras carregadas de frutos dourados, se viam as casinhas brancas da fábrica de salitre, denominada Boa Vista, as quais contrastavam singularmente com as massas de rochedos justapostos e as paredes da rocha dendilhada,²⁵ onde crescia uma vegetação admirável, composta de grandes árvores, curtos arbustos e numerosos cipós.

²³ Kodama ,2006..

²⁴ Cunha Matos, 2004, p.44

²⁵ . Na ilha dos Açores, Portugal denominava-se de formiga, as rochas dentilhadas. É possível ser esta a origem do nome.

[...] Em outros lugares, avistam-se cavidades, como nichos e grutas talhados primorosamente, onde se levantam igualmente rochas denticuladas, à imitação de estátuas de homens ou de animais.

[...] Nas operações da fábrica são empregados, ao todo, 10 escravos, que extraem e transportam a terra da gruta em carrinhos de mão, até onde, por meio de uma calha, ela é lançada nos carros de boi. Estes transportam então para a fábrica distante cerca de 1000 passos, onde o trabalho é feito daí por diante. Para isso são alugados, de tempo em tempo, alguns escravos.

A terra em pedaços muito duros é, em primeiro lugar, quebrada grosseiramente por meio de macetes, e, então, levada às caixas de lavagem, cavadas em grossos troncos de árvore. As águas de lavagem são fervidas em 6 caldeiras, cada uma das quais mede seis palmos de diâmetro e profundidade. A mistura alcalina é feita à parte e depois juntada às águas de lavagem. É preparada com as cinzas das madeiras mais rijas, sobretudo a aroeira.

Em uma caldeira à parte, as águas mães são de novo fervidas e então filtradas num vaso de madeira, onde o salitre se cristaliza. Como isto se dá antes da cristalização do cloreto de sódio, aproveita-se esse tempo para tirar o resto das águas mães e preparar um sal de cozinha impuro, contendo ainda salitre. Este sal serve para alimentação do gado, que no Brasil, geralmente, não pode desenvolver-se sem o auxílio dessa substância.

O salitre assim produzido e, perfeitamente refinado, é exportado para a Real Fábrica de Pólvora do Rio de Janeiro, onde alcança preço de 4\$800 a arroba. A fábrica produz anualmente cerca de 150 arrobas. Com um tratamento regular, o rendimento poderia elevar-se bastante, pois as terras salitrosas são tão ricas, que cada carro, de cerca de 60 palmos cúbicos de material, produz, mais de uma arroba de salitre puro.

Meia légua abaixo de Boa Vista encontra-se outra fábrica de salitre, de propriedade de Antônio José Gomes (ESCHWEGE, V.II-1979:192-194).²⁶

Quando o barão de Eschwege visitou as Minas de Galena (chumbo) no Rio Abaeté ele descreveu que terminando as ocorrências de ouro na Serra de Pitangui,

começam a aflorar então as formações de xisto argiloso primitivo e de calcáreo, mais recente relacionadas com o calcáreo de transição ou possivelmente com o calcáreo alpino. Tais formações, como uma

²⁶ Eschwege, 1979.

cadeia de morros elevados, atravessam o vale plano do São Francisco e apresentam em numerosas e importantes cavernas, uma terra impregnada de salitre, sobretudo perto de Formiga, em Monte Rorígo. Tais cavernas são admiravelmente ricas (ESCHWEGE,1979:173).

Para o Barão, a fabricação do salitre e a preparação da pólvora, até então (1816) se limitavam ao absolutamente necessário para os caçadores dos sertões, nada sobrando para a exportação. E que embora desconhecesse os direitos reais sobre as nitreiras e sua exploração, era de seu conhecimento que à maioria dos fabricantes de salitre foram concedidos privilégios especiais ‘sem exclusividade alguma, pois o descobridor de uma salitreira considerava-a propriedade sua, e como tal era respeitada. Além disso, fabricava-se salitre sem que pessoa alguma a isso se opusesse’ (Idem, 1979:174).

No mesmo volume, o tradutor esclareceu em nota que [...] foi o baixo preço pago pelo salitre, uma das causas da decadência da indústria. Consultado a respeito, Eschwege emitiu notável parecer sobre o assunto, aconselhando medidas diversas, entre as quais a de se pagar um prêmio aos fabricantes (Ibidem: 297).



Sobre a “Loca Grande”, local de onde se extraía o calcário para a produção do salitre que o Capitão Pólvora enviava para a Fábrica de Pólvora do Rio de Janeiro, temos as seguintes informações, dadas pelo engenheiro de minas Francisco de Paula Oliveira, da Escola de Minas de Ouro Preto:

São as grutas de salitre onde o Dr. Lund tem feito estudos paleontológicos importantes e retirado grande número de fósseis. Além de muitas outras, existem duas importantes nas vizinhanças do arraial dos Arcos, a 4½ léguas a Oeste da cidade de Formiga. Uma denominada Loca Grande, fica a 1½ léguas a Sudoeste do arraial (OLIVEIRA, 1881:78).

Através de uma cartografia elaborada por Francisco de Paula Oliveira, engenheiro de minas²⁷, durante a sua viagem para a exploração das Minas de Galena do Ribeirão do Chumbo em 1879, tracei o caminho existente entre a Gruta da “Loca Grande”, ou Loca do Salitre do Capitão “Manoel Pólvora” para o Rio de Janeiro: Pains, Formiga, José Barbosa, Carlos Ribeiro, Vieiras nas terras da sesmaria de Domingos Vieira da Mota, N. Sr^a. de Oliveira, São João Batista na “Serra do Sal, picada de Goiasés” hoje Morro do Ferro; seguia-se um longo trecho totalmente desabitado até Entre Rios, depois Suassuí, Redondo, Ouro Branco e Ouro Preto. Daí seguia o salitre para a Real Fábrica de Pólvora do Rio de Janeiro. Esta mesma trajetória fazia parte de um dos acessos de Pitangui para o Rio de Janeiro, bem como da picada de Pitangui para Goiás, daí o nome de “N. Sr^a. da Oliveira da Picada” citado em documento datado de 1794.

Em 20.08.1794, na capela de N.Sr^a. da Oliveira da Picada, o P.e Gregório Coelho de Moraes Castro realizou o batizado de Ana, filha do Alferes Felisberto Ribeiro da Silva e de Joana Felícia de Lara. Foram padrinhos Antônio Ribeiro da Silva e Joana de Almeida Góis. Os pais do batizando eram daquela freguesia. Fez a anotação, o coadjutor Joaquim Dias de Oliveira, da Freguesia de Lavras. (Arquivo Paroquial de Lavras).²⁸

Outro caminho também poderia ser usado, segundo outra fonte, o “Mapa Topográfico e Hidrográfico da Capitania de Minas Gerais”. A referência é a Vila de Pitangui, de onde saía a picada: após Conceição (do Pará), Boa Vista, Espírito e “Peixe Rico”, atravessava-se o Rio Bambuí, Cláudio e Passa Tempo para se chegar a N. Sr^a. da Oliveira.

A paragem de Passa Tempo, local de morada do Capitão “Manoel Pólvora”, encontrava-se numa posição privilegiada para o fabricante do salitre. Ao Norte Cláudio, ao Sul N. Sr^a. da Oliveira, a Leste Rio do Peixe (Piracema), que também levava à Bonfim, oferecendo um grande atalho para Vila Rica. A Noroeste ficava a próspera Vila de Tamanduá, hoje Itapacerica e a Oeste, através de Vieiras, alcançava-se o arraial de Formiga. N. Sr^a. da Oliveira pertencia à Freguesia de São José (hoje Tiradentes), sendo vigário da paróquia, o conjurado P.e Carlos Correa de Toledo. É possível que alguns núcleos de povoados fossem assistidos por capelães da Freguesia de Lavras.

Em 1826 a fábrica de pólvora construída por D. João VI na Lagoa Rodrigo de Freitas explodiu, provocando a interrupção do fornecimento da matéria-prima, até a construção da nova fábrica Estrela na raiz da Serra, hoje

²⁷ Oliveira, Anais da Biblioteca de Ouro Preto.

²⁸ Livro de Batizados da Freguesia de Lavras, ano 1784-1803.

Vila Inhomirim, que se tornou um bairro de Magé, no estado do Rio de Janeiro. Diante da paralização do fornecimento do salitre com a explosão da Fábrica de Pólvora, Manoel Rodrigues Cunha Matos resolveu se inteirar das informações sobre o Triângulo Goiano, hoje Triângulo Mineiro, que em 2-10-1827 o P^o Leandro Rabelo Peixoto e Castro repassara ao então presidente da Província de Minas, dr. José Teixeira de Vasconcelos.

[...] Não posso deixar de dizer que na minha viagem ao Sertão do Novo Sul da Farinha Podre vi talvez o mais fértil terreno da América; um campo de mais de 90 léguas povoado todo de Geralistas e das melhores famílias, que não compreende gente ociosa ou de pouco porte (...); o mais abundante de águas, o mais próprio para criações por causa dos singulares capins sempre verdes e pelos bebedouros salitrosos [...].²⁹

Com as operações militares no século XVIII, expulsando os caiapós daquelas terras férteis, o Triângulo, então goiano, se tornara habitável e abastecedor de importantes centros urbanos circundantes, além de caminho e, mais tarde, rota comercial entre as capitânicas de Goiás, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.³⁰ Em 4 de abril de 1816, D. João VI desanexara da Capitania e Comarca de Goiás os julgados e freguesias do Araxá e Desemboque que ficaram pertencendo a recém-criada Comarca de Paracatu da Capitania de Minas Gerais. Havia tempo que, Manoel Rodrigues da Cunha Matos assistia a migração de inúmeras famílias do Alto São Francisco para esta região fértil, de clima ameno e de ricas pastagens. De vários pontos de Minas Gerais, afluíam os novos habitantes do sertão [...] ‘procedentes das comarcas do Rio das Mortes e Sabará. De Formiga, Tamanduá, Oliveira e outros pontos vieram muitas famílias transportando para Uberaba todos os seus haveres e seus escravos’.³¹ Migração conceituada ‘como o processo de interiorização da metrópole, que iria proporcionar a abertura de novas estradas, a melhoria nas comunicações entre as províncias e o favorecimento ao povoamento e doação de sesmarias’.³²

Entre os anos de 1827 e 1828, o Capitão “Manoel Pólvora” já se encontrava nos sertões da Farinha Podre, atual Uberaba, no Triângulo Mineiro, o que lhe assegurou uma grande prosperidade. Estabeleceram-se na margem direita do Rio Tijuco, área salitrosa, denominando, saudosamente, a fazenda de “Formiga” que adquiriu por 4.000 cruzados a Alexandre José Vaz da Silveira, ‘soma que ele a trouxera em moedas de cobre sendo necessário o emprego de um

²⁹ Pontes, 1929, p. 89.

³⁰ Ribeiro Junior, Jul./Dez. 2004

³¹ Pontes, 1970, p. 87.

³² Dias, 1972, p. 160-186.

carro de bois para conduzi-las. Tornou-se criador de gado, na Capitania de Goiás, desenvolvendo as fazendas São Domingos, Salinas, Sant'Ana, favorecendo o abastecimento na “picada dos Goiases”.

Reminiscências dos tempos no Oeste Mineiro, a “Fazenda da Formiga”, ao norte do Ribeirão Tijuco, marcou o ponto de um novo tempo da família Cunha Matos na região uberabense. Quando se instalou a Nova Câmara Municipal de Sto. Antônio de Uberaba, comarca de Paracatu em 7.01.1837, dentre os vereadores que a formaram, lá se encontrava o Capitão Manoel Pólvora, nome que se perpetuou entre os seus.

Aos 81 anos de idade, ele ‘faleceu em 14 de julho de 1861, deixando em seu testamento 1.000 contos de réis, para as obras da igreja matriz de Uberaba’.³³ Após sua morte, seus filhos, o major Cândido Rodrigues da Cunha e o Capitão Manoel Rodrigues da Cunha (filho), continuaram participando das decisões políticas de Uberaba, como ‘conselheiros do grêmio que promovia a qualificação de votantes nas juntas paroquiais de 15.01.1880.a 8.03.1880’, frequentando depois da Proclamação da República, o ‘Clube Republicano “20 de Março”’. Em 11.06.1890 constava da lista de convidados para uma reunião política na “Casa da Cadeia Nova”, quando então se fundou o partido batizado de União Política, sendo aclamado como membro do Conselho.³⁴

BIBLIOGRAFIA

Referências documentais:

Almanaque Jangada Brasil Suplemento de Variedades-Agosto 2000: N.º 24.

Arquivo Histórico da Casa da Moeda de Lisboa, Maço 718, 10.

Arquivo Nacional-Real Erário. Avisos e portarias código 57, vol. 1;1808-1809, Código do fundo: 7W.13.06.1808-1809, Rio de Janeiro Folha(s): 183 e 184.

Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro - vol II,1874.

Arquivo Paroquial de Lavras

Jornal Tribuna de Lavras 1840.

Revista do Arquivo Público Mineiro, Ano 1899

Referências Bibliográficas:

CHAVES, Carla M. das Graças- Perfeitos Negociantes. Mercadores das Minas Setecentistas. Editora Ana Brume. 1991.

³³ Antônio Borges Sampaio, in Pontes, 1929.

³⁴ Pontes,1970:110-130.

CUNHA MATOS, Raimundo José da Cunha- Corografia Histórica da Província de M. Gerais BH, Imp. Oficial,1979.

CUNHA MATOS, Raimundo José da Cunha- Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás e dos Roteiros destas províncias às do Mato Grosso e São Paulo, Belo Horizonte, Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole. In: MOTA, Carlos G. (org.). 1822: Dimensões. São Paulo: Perspectivas, 1972.

DORNAS FILHO, João- A Influência Social do Negro Brasileiro Ed. Guairá LTDA Rio 1943.

ESCHWEGE, W L- Pluto Brasiliensis, SP, 1979.

KODAMA, Kaori. Itinerários, corografias e escritas da história: as viagens e os registros de Raimundo José da Cunha Matos no Império do Brasil. Escritos II, Rio de Janeiro, p. 373 –395, 2006.

LIMA JÚNIOR, Augusto de- A Capitania de Minas Gerais, Zélio Valverde, Rio, 1940.

MARTINS, Tarcísio José- Quilombo do Campo Grande – Ladrões da História– IHGMG, Ed. Santa Clara. Belo Horizonte. 2011.

MOURÃO, Maria da Graça Menezes – Raízes de Pará de Minas, uma história às margens do Paciência Ed. Lutador, Belo Horizonte,2006.

MOURÃO, Maria da Graça Menezes- Luminárias, iluminando rumos do Caminho Velho da Estrada Real. Prefeitura Municipal de Luminárias, 2007.

OLIVEIRA, Francisco Paula de- “Carta Itinerária retificada traçada segundo a carta de Gerber -Viagem de Exploração da Jazida de Galena Argentífera no Rio Abaeté”- Anais da Biblioteca de Ouro Preto.

PONTES, Hildebrando de Araújo -GENEALOGIA MINEIRA - Título I - Rodrigues da Cunha - (séc. XVIII, XIX, XX) – MG - 1929. Fonte subsidiária: Jornal Brasileiro de Cultura.

PONTES, Hildebrando. História de Uberaba e a Civilização no Brasil Central. Uberaba: Edição Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo- A civilização interiorizada in História & Perspectivas, Uberlândia, (31): 33-57, Jul./Dez. 2004.

SENNETT, Richard Carne e Pedra, Rio de janeiro, Casa das Letras, 2008.

Links utilizados:

https://www.google.com.br/search?q=Carne+e+pedra&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=cEXIVsqTOoelwgTUhoQQDQ#q=carne+e+pedra+download
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/makepdf.php?cid=175&mid=31&full_pdf=0